

☐ REQUERIMENTO Número /XIII (.ª)

☒ PERGUNTA Número /XIII (.ª)

Assunto: Empresa Pietec – Cortiças, S.A. usa argumentos falsos para proceder a despedimento colectivo

Destinatário: Ministério do Trabalho e Segurança Social

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A empresa Pietec – Cortiças, S.A., localizada na freguesia de Fiães, concelho de Santa Maria da Feira, avançou recentemente com um processo de despedimento coletivo, justificando-o com falta de encomendas.

Ao abrigo do código de trabalho, os trabalhadores despedidos têm direito a dois dias por semana para procura ativa de emprego.

Acontece que no final do dia de passada 4ª-feira, dia 24 de outubro, o diretor geral da empresa, Valter Neves, reuniu com as trabalhadoras do sector da “escolha visual”, que estão abrangidas pelo despedimento coletivo (16). Nessa reunião, a empresa solicitou às trabalhadoras que não fizessem uso dos dois dias semanais a que têm direito porque a empresa tem muito trabalho e precisa delas a trabalhar. Em contrapartida ofereceu-lhes um prémio de 200 euros caso abdicem dos dois dias a quem têm direito.

O Bloco de Esquerda já tinha contestado a argumentação da empresa que justificava o despedimento coletivo de 41 trabalhadores. A verdade é que ainda há poucos meses a empresa solicitou a autorização para laboração contínua alegando que precisava de aumentar a produção para fazer face às encomendas. Também há pouco tempo a mesma empresa requereu o estatuto PIN para a ampliação das instalações, comprometendo-se com o aumento dos postos de trabalho.

A situação que agora aqui se relata é mais uma a provar que a empresa não tem falta de encomendas; pretende, apenas e só, despedir trabalhadores que não aceitem a laboração contínua que a empresa quer impor.

Se tivesse falta de encomendas – como alega no processo de despedimento coletivo – a empresa teria que pedir às trabalhadoras que aparentemente são excedentárias para abdicar dos seus direitos e ficar a trabalhar porque são necessárias?

Para o Bloco de Esquerda a posição de hoje da empresa é uma demonstração que esta empresa está a enganar deliberadamente as entidades públicas e o próprio Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. O Governo tem conhecimento desta situação?
2. Já apurou a veracidade dos argumentos da empresa para justificar o despedimento coletivo?
3. Que conclusões retirou o governo depois da reunião com os representantes dos trabalhadores desta empresa?
4. Face a estes novos dados vai o Governo intervir nesta situação, impedindo um despedimento coletivo com justificações fraudulentas?

Palácio de São Bento, 25 de outubro de 2018.

**Os deputados e a deputada,
Moisés Ferreira**